



Texto sobre o MPL São Paulo no primeiro jornal nacional do Movimento Passe Livre

Graziela Kunsch, outubro de 2005

PDF do jornal disponível no Centro de Mídia Independente:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/10/334521.shtml>

"Serviço público é aquele que não tem exclusão. Ele permite o acesso de todas as pessoas". Partindo desta noção, o ex-secretário de transportes do município de São Paulo, Lúcio Gregori (gestão Luiza Erundina, então do PT, 1988-92), elaborou o projeto Tarifa Zero. Se naquele momento seu projeto foi considerado absurdo, o mesmo não se pode dizer sobre a sua recepção no Seminário Transporte Público e Passe Livre, organizado pelo MPL São Paulo, em 15 de outubro de 2005.

Antes de falar como funcionaria a Tarifa Zero, a palestra de Lúcio esclareceu sobre a municipalização dos ônibus em São Paulo, lei aplicada em 1991, que durou por mais 9 anos, resistindo aos prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta (PP), até ser cortada pela prefeitura de Marta Suplicy (e aqui cabe uma reflexão sobre o PT de 91 e o PT de agora). "A municipalização é fazer com o serviço de transporte exatamente o que o Estado faz com todos os outros serviços, como educação e saúde". Até aí, nenhuma novidade para nós. A grande contribuição de Lúcio no nosso debate atual é o fato de ele defender que um serviço pode ser público - não excludente - e ser prestado pelo mercado: "É impossível o Estado gerir certas demandas. É inimaginável pagarmos taxas para utilização de escolas e hospitais públicos; e no entanto vários dos serviços contidos na atividade de educação pública ou saúde pública são fornecidos pelo setor privado. Ninguém imagina que o Estado tenha que fabricar seringas de injeção, ou os cadernos, os giz, os quadros negros e as carteiras das escolas públicas".

Lúcio defende que a prefeitura separe o custo dos ônibus do preço da tarifa para poder preparar este subsídio. Corrupções à parte, a idéia é que a prefeitura contrate o serviço de algumas empresas, por um valor pré-estabelecido em seu orçamento, e assim a tarifa deixa de ser o determinante da qualidade e do acesso a este serviço. "Perguntaram se eu estava propondo ônibus de graça para todas as pessoas. Não era ônibus de graça, esse ônibus teria um custo. Mas era um ônibus com tarifa zero".

Da nossa organização

Como São Paulo é uma cidade muito grande, o nosso MPL está dividido em 4 regiões – Centro (onde trabalhamos em apenas uma escola), Leste (onde o trabalho acaba de começar, após problemas com pessoas de partidos políticos), Noroeste (6 escolas) e Sudoeste (6 escolas). O trabalho nestas escolas objetiva fundar comitês

autônomos de luta pelo passe livre e consiste em mostras de vídeo, debates e distribuição de materiais impressos sobre transporte público e passe livre. Cada região/grupo de escolas da região realiza reuniões locais e a cada quinze dias ocorre uma reunião municipal.

Nossas tarefas são distribuídas em comissões de trabalho: comissão de materiais, de finanças, de redação de um projeto de lei; além das comissões de mobilização - comissão legal, de imprensa, segurança, primeiros socorros e bateria. Nossos materiais tentam explicar o passe livre para diferentes públicos: temos impressos específicos para estudantes secundaristas, outro para motoristas e cobradores, e um para a população em geral. Além dos impressos, nós produzimos e vendemos camisetas (preço de custo 6 reais, venda 10 reais) e bótons (custo 50 centavos, venda 1 real). Outra fonte de renda é a venda do livro A guerra da tarifa, de Leo Vinicius, sobre a Revolta da Catraca de 2004, em Florianópolis - a Editora Faísca nos entrega o material em consignação, o livro é vendido por R\$10 e repassamos R\$7 para a editora.

A comissão de finanças possui diferentes fundos - fundo de materiais rentáveis (descritos acima); materiais não-rentáveis (uniforme da bateria, faixas dos atos, bandeira do MPL. O xerox de cartazes e panfletos é feito gratuitamente, com a colaboração de centros acadêmicos); fundo do jornal (4 mil cópias deste jornal nos custaram 600 reais); e encontro nacional (para cobrir despesas como transporte). A política de fundo só permite que se produzam novos materiais quando esse fundo atinge R\$150. Exemplo: o fundo de materiais rentáveis levanta 300 reais em doações e com esse dinheiro produz 600 bótons. O fundo só poderá liberar dinheiro para novos materiais quando a venda desses bótons atingir o valor de R\$150.